

A mesa que abriu o debate (da esq. para a dir.): Comte. Deley Borges, Sevan Naves, Geraldo Friaça, Gov. Getúlio Cruz, Fernando Burgos, e Amazonas Brasil

## MINERAÇÃO EM ÁREAS INDÍGENAS

# Roraima pede definição

*Parece que o problema da exploração mineral em áreas indígenas ainda está longe de uma solução. Pelo menos é o que se pode depreender do debate realizado no final de junho passado, durante reunião extraordinária da Abemin (Associação das Entidades Estaduais de Mineração), que teve como tema principal o debate dessa questão.*

*Patrocinada pela Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima), empresa de mineração daquele território, a reunião contou com a presença de representantes do DNPM, da CPRM, do governador do território, Getúlio Cruz, e de representantes de todas as associadas da Abemin.*

*Depois do debate, a diretoria da Abemin elaborou um documento contendo a posição da entidade a respeito da mineração em áreas indígenas, para ser entregue aos ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e Ronaldo Costa Couto, do Interior.*

*Publicamos, a seguir, as posições contidas na "Carta de Roraima" e os pronunciamentos do governador Getúlio Cruz, do técnico da CPRM, João Orestes, do diretor da Codesaima, Ademir Nunes e o de um antropólogo da Funai, que não quis se identificar, com receio de represálias da alta cúpula da entidade.*

## Buscar solução harmônica

"Possui o território de Roraima uma faixa de 1.550 km de fronteiras com a Guiana e a Venezuela, inteiramente despovoados, ocupando posição estratégica que merece a atenção do Conselho de Segurança Nacional. Esta faixa de fronteiras é inteiramente vulnerável e guarda jazidas minerais que a tornam alvo da cobiça estrangeira. Essa área é objeto permanente da ação de grupos alienígenas, que se escudam no índio para mascararem suas reais

intencões: a criação de verdadeiros quistos dentro do Território.

Atualmente vai se generalizando, cada vez mais, entre os defensores da causa indígena, a mentalidade de que o desenvolvimento do Território é fator de devastação — como no passado — das comunidades indígenas e, como tal, deve ser evitado a todo o custo.

Acontece que as reservas indígenas de Roraima foram propostas por critérios que, ao objetivarem a preservação das comunidades indígenas, não levaram em consideração o acelerado desenvolvimento sócio-econômico da região.

Nem mesmo a diferenciação entre os povos indígenas já aculturados, como os Macuxis e Uapixanas e os primitivos Yanomani foi considerada, como determina os Estatutos da FUNAI — Fundação Nacional do Índio.

Possivelmente essa situação decorre, principalmente, da pressa em demarcar vastas reservas de terras e do conhecimento das conveniências da realidade regional, por quem, até então, tem defendido a política indígena para o Território.

Uma observação mais cuidadosa mostra que, em muitos casos, áreas com vazios demográficos estão dentro das reservas, enquanto outras aldeias ficam fora dessas mesmas reservas, especialmente no Parque Yanomani.

Outro grave erro é o limite dessas reservas, estabelecidas por meridianos e paralelos. São linhas imaginárias, difíceis de serem identificadas no campo, sendo mais coerente trocá-las por acidentes geográficos naturais — rios e igarapés.

Assim, não nos parece prudente a idéia de que as definições impostas até agora para as reservas indígenas sejam intocáveis e que não possam passar por uma reformulação dentro das realidades atuais.

A tendência natural dos fatos — impulsionados pelas necessidades socio-econômicas, regionais, são irreversíveis, caracterizados, no caso, como uma luta pela sobrevivência dos vários setores de desenvolvimento.

Com o passar dos anos, esta predisposição atuará implacável sobre as atitudes isoladas de proteção às populações indígenas, porque os mecanismos de avanço e expansão dos civilizados, em confronto com as culturas primitivas, dificilmente será detido.

Assim, faz-se necessário solução para este problema, cujos estudos e decisões

possam alinhar e balancear os interesses dos vários setores da sociedade roraimense.

Além do mais, deve-se ressaltar, que as atividades de mineração têm duas etapas distintas: uma de pesquisa e outra de lavra.

A pesquisa, por suas características metodológicas, não acarreta efeitos ecológicos de caráter destruidor; mas mesmo assim, a pesquisa está sendo bloqueada a pretexto de proteção ao índio, estrangulando e frustrando toda a tentativa do setor mineral de pesquisar e conhecer as riquezas do nosso subsolo.

Esta situação é lamentável quando se sabe, através dos poucos levantamentos ecológicos preliminares e as descobertas dos garimpeiros, que a maior parte da área com depósitos minerais no Território, encontram-se dentro de áreas pretendidas ou demarcadas pela FUNAI.

A fase de lavra carece de orientação e controle especiais no contato com os índios, mas nem por isso deve ser considerada como incogitável — como está sendo feito — devendo haver soluções que ainda não foram sequer esquematizadas, por falta de estudos mais eficientes, baseados nas verdadeiras aspirações e necessidades do povo roraimense, no qual se incluem os índios.

Na prática, não existe um Roraima dos índios e um Roraima dos civilizados, mas uma população com nuances e zoneamentos etnológicos. Para o governo, é claro que deve interessar conduzir ao bem-estar esse conjunto demográfico como um todo, de forma harmônica, e não estimular conflitos entre os diferentes grupos culturais."

(Carta de Roraima)

## Em benefício dos próprios índios

"As pesquisas ou levantamentos realizados pelo Radam, CPRM e Codesaima indicam que o território de Roraima possui um bom potencial em termos de diamante, ouro e cassiterita. Entretanto, por estar situado no Hemisfério Norte, quase na fronteira da Guiana e Venezuela, esses recursos minerais apresentam uma grande complexidade em termos do seu aproveitamento.

Temos, em Roraima, 1.900 quilômetros de faixa de fronteira, boa parte sem acesso e com sérios problemas quanto à problemática indígena, o que dificulta ainda mais o aproveitamento de nossas riquezas minerais. Não há dados oficiais — porque são nebulosas as questões indígena e mineral de Roraima — mas podemos afirmar que os percentuais de áreas no território com reservas indígenas ultrapassam a 50%, números que são agravados com a indefinição da política oficial do governo federal.

No que diz respeito à exploração dos recursos localizados nas áreas indígenas, freqüentemente temos duas posições: de um lado, aqueles que têm pouca sensibilidade com as questões indígenas, esquecen-

do que a cultura indígena também é parte do patrimônio nacional. De outro lado, temos os que criam obstáculos ao aproveitamento dos recursos minerais, esquecendo que isto traria benefícios para a população indígena.

Enquanto isso, constatamos que a população indígena mais aculturada cada vez diminui mais, porque os índios estão migrando para a periferia miserável de Boa Vista, criando um problema que poderia ser amenizado se pudessemos explorar racionalmente os recursos minerais existentes no território. Não é à toa que Roraima tem sido objeto da atenção de entidades internacionais, que têm recursos e que estão atuando fortemente no território. Este é o caso da CCPY, que reivindica a criação de uma nação indígena no Hemisfério Norte, inclusive com o apoio e patrocínio de políticos como o senador Severo Gomes, que talvez não tenha interesse em defender o povo de São Paulo e tenta patrocinar o confisco de 15 milhões de hectares (15 mil km<sup>2</sup>) do território de Roraima. Curiosamente, a proposta de criação do parque Yanomamy ocorre no momento em que o governo autoriza o rastreamento do território pelo Landsat. Isto nos preocupa.

Assim, no que diz respeito à exploração dos recursos nas áreas indígenas, vejo os seguintes problemas:

1) Falta decisão política do governo, exacerbando a questão da exploração mineral em áreas indígenas. E esclareço que não defendo a exploração a qualquer custo, porque essa exploração deve ser feita sem detrimento do patrimônio indígena;

2) Essas áreas não devem ser exploradas por grandes grupos multinacionais, mas prioritariamente por grupos nacionais e com lucros beneficiando as nações indígenas. Reconheço que esta é uma posição meio romântica, se levarmos em conta as deficiências da legislação e a força dos cartéis internacionais no comércio de metais.

Acho que devemos buscar soluções para esses problemas, porque não é compreensível o impedimento de se explorar tais riquezas em benefício da população, inclusive das nações indígenas.

Por outro lado, temos que encontrar em Roraima uma solução para a garimpagem, que é diferente, por exemplo, daque-

la exercida em Serra Pelada. É importante que haja apoio para o garimpeiro já existente, que são trabalhadores autônomos e que precisam de um programa que lhes permita tirar maior proveito do seu trabalho.

Concluindo, acho que é possível minerar em áreas indígenas, preservando o direito daquela população e, ao mesmo tempo, de acordo com os interesses nacionais." (Gov. Getúlio Cruz)

## Liberar em áreas de índios aculturados

"Como já foi comentado, o problema indígena é altamente complexo. Não se pode propor para o mesmo soluções uniformes, porque cada comunidade indígena tem seus interesses, necessidades e problemas específicos. Independentemente dessa complexidade, fizemos uma classificação básica quanto aos agrupamentos indígenas, ou seja: índios primitivos e índios aculturados. Qualquer política de mineração ou de pesquisa mineral deve considerar esse divisor de águas, porque a diferença entre uma comunidade primitiva e outra aculturada é muito grande.

Basicamente, a Aprogam (Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia) considera que, nas áreas de índios primitivos, que ainda não têm imunidade biológica, o assunto seja apenas debatido, estudado. Mas nas áreas de índios aculturados, a mineração deveria ser uma atividade perfeitamente normal, dando-se consentimento para abertura de qualquer empreendimento. Isso porque o índio aculturado já não tem o problema da falta de imunidade ao sarampo, à gripe e também porque, em toda a Amazônia, estes índios encontram-se em estado de profunda desagregação. Já perderam a sua identidade cultural e não vivem como viviam há alguns séculos atrás, porque dependem do sistema capitalista para sobreviver

Para esses índios, a mineração seria uma maneira de provê-los dos recursos de que tanto precisam.

Independentemente do problema da extração mineral, tem que ser feito um esclarecimento ao país e todo o pessoal que defende a causa indígena, no sentido de que deve ser feita uma separação entre o que seja pesquisa e lavra. Uma pesquisa mineral numa área indígena é um investimento que está sendo feito para a própria comunidade indígena, porque se investe recursos vultosos para descobrir as riquezas que porventura existam no subsolo, e que os índios, sozinhos, não teriam condições de descobrir. E o que se está tentando coibir hoje é a pesquisa mineral, porque a emissão do alvará significa simplesmente dar o direito de pesquisa e não de lavra.

A Funai, como órgão, é despreparada para trabalhar nas áreas indígenas, mas é o órgão oficial que existe. Então, deve-se fortalecer a Funai e dotá-la de meios para que possa exercer plenamente a sua atividade. Dotá-la de antropólogos, de linguistas, de cartógrafos, etc. Por que o que está acontecendo é que, como a Funai não tem esta estrutura, uma infinidade de outras



Getúlio Cruz



entidades e associações, que se consideram representantes dos indígenas, estão ditando as normas da política indigenista do País. A política que está sendo adotada, aos trancos e barrancos, é dirigida principalmente por alguns setores da igreja. Eu pergunto: será que a política indigenista da igreja está em acordo com os interesses do País? Acho que não, porque os interesses da igreja nem sempre coincidem com os da Nação.

De qualquer forma, eu acredito que, havendo esclarecimento direto junto às comunidades indígenas aculturadas, dos benefícios que eles podem ter com a exploração mineral, certamente os índios concordariam com esse tipo de empreendimento. Em primeiro lugar, dando-se ênfase aos minerais de fácil extração (ouro, diamantes, cassiterita, etc.), que as próprias comunidades indígenas poderiam explorar com técnicas simples de extração manual ou semi-mecanizada, orientadas tecnicamente por órgãos do governo.

E, no caso dos recursos minerais de difícil extração — e que são a maioria — que exigem técnicas e investimentos que as comunidades indígenas não possuem, a exploração pode e deve ser feita por uma empresa. Mas como preservar os interesses do índio nessa pesquisa e extração mineral? Estabelecendo-se normas. Não existe nenhum país do mundo onde os recursos minerais das terras indígenas deixam de ser explorados. O Brasil é um caso único, hoje, porque todos os países têm legislação específica para proteger os interesses da comunidade indígena. A legislação que existe nos EUA tem 18 pontos que protegem os interesses indígenas, in-

cluindo preferência de emprego, treinamento, royalties, pagamento mínimo por mês, construção de infra-estrutura, etc.

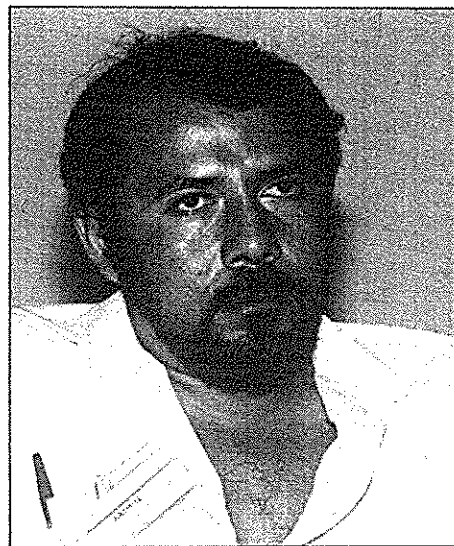
Um terceiro ponto, é o mapeamento geológico, feito com investimentos do governo federal. O governo tem interesse e é uma de suas obrigações conhecer o subsolo do País. Entretanto, temos enfrentado uma série de dificuldades, hoje, para propormos uma área para mapeamento geológico na Amazônia. O que é um paradoxo, porque a Amazônia é a área mais extensa do País."

(João Orestes)

## Roraima tem realidade diferente

"A exploração mineral em terras indígenas tem sido objeto de profunda análise e crítica e de debate nos mais diversos segmentos da sociedade, especialmente em Roraima, que carece de uma política indígena coerente com os interesses locais. Temos uma definição clara do papel do Estado nessa problemática e sabemos que, dificilmente, a questão indígena será resolvida, se não receber um tratamento mais amplo.

Nós exigimos soluções setoriais, por que cada grupo tem suas características próprias. A convivência pacífica foi profundamente afetada com o surgimento dos pri-



Ademir Nunes

meiros conflitos pelo uso da terra gerados pelas mudanças sociais. O problema do índio em Roraima tem uma realidade diferente daquela divulgada pelas autoridades de defesa da causa indígena, e aceita pelas autoridades federais, que têm total desconhecimento da realidade regional. Como consequência disso, cada vez mais vai se generalizando entre os defensores da causa indígena a mentalidade de que o setor mineral no território é fator devastador das comunidades indígenas.

Acho que a Conage e entidades afins deveriam se preocupar, antes, com o grau de desagregação a que foram levados os in-

dios e, o que é mais grave, a perda de sua identidade cultural, em troca de nada, devido aos processos de evangelização a que são submetidos, sendo condicionados a diversos credos. Não se leva em conta os aspectos negativos que surgiram do relacionamento entre brancos e índios e esta é uma realidade que deve ser enfrentada por todos nós com seriedade e determinação.

A integração das comunidades indígenas não deve significar, necessariamente, o seu confinamento, porque é necessário que as terras que eles ocupam tenham uma utilização segura, trazendo proveito para toda a comunidade, visando prover à sua subsistência e servindo ao contexto produtivo do País. O Estatuto do Índio, que tem o objetivo de preservar sua cultura, harmoniosamente conjugada com os interesses nacionais, prevê que a exploração das riquezas do subsolo em terras indígenas será feita de acordo com a legislação vigente, que é o Código de Mineração. O mesmo texto diz que o Ministério do Interior, através do órgão competente de assistência aos índios, cuidará para que a participação no resultado da exploração ou as indenizações devidas pela ocupação do terreno, revertam em benefício dos índios.

Hoje nós temos no próprio território de Roraima tribos indígenas já aculturadas, que podem usufruir dos benefícios que a mineração pode trazer, tirando-os da condição subumana a que estão condenados. Mas a Funai, que desconhece totalmente os fundamentos sobre os quais se deveriam basear suas ações, proíbe a mineração em áreas indígenas, ao mesmo tempo em que permite a ingerência de grupos alienígenas, que desfrutam dos índios para esconderem suas reais intenções. A Funai não vê que essa intromissão tem o objetivo claro de açambarcar parte do nosso território, porque o que esses grupos alienígenas propõem não é uma integração dos índios à pátria brasileira, mas sim uma política de auto-determinação desses povos, representando uma verdadeira ameaça à soberania nacional.

Além do mais, deve-se ressaltar que o trabalho de mineração ocorre em duas etapas, ou seja, pesquisa e lavra. A pesquisa, por sua característica tecnológica, não acarreta efeitos de caráter destruidor. Mas mesmo assim está sendo proibida, sob o pretexto de proteção ao índio e toda a tentativa de se pesquisar e conhecer os recursos do nosso subsolo está sendo frustrada.

Esta é uma situação lamentável, principalmente porque sabemos, através dos poucos levantamentos geológicos preliminares, que a maior parte das ocorrências minerais do território encontram-se nas áreas pretendidas pela Funai.

Evidentemente, a parte de lavra carece de orientação e controles especiais no contato com os índios. Mas nem por isso deve ser descartada. Os índios não podem ser considerados como estátuas intocáveis e, ao se defender seus interesses, deve-se pensar também nos interesses, necessidades e aspirações da maioria da população que habita o território e cuja situação está a pedir soluções definitivas. A região é pobre e tudo gira em função do dinheiro. Não podemos, desta maneira, nos dar ao luxo de deixarmos essas riquezas intocadas, sob pena de ficarmos na eterna dependência de investimentos federais.

Por último, é necessário dizer que o governo tem a obrigação de conduzir ao bem-estar social o conjunto demográfico do território e a responsabilidade de planejar e promover o desenvolvimento, criando condições favoráveis para o incremento do setor mineral no território. E reconhecer as riquezas minerais do subsolo é um direito da comunidade e um dever do Estado. (Ademir Nunes)

## Solução a nível político

"Tenho acompanhado a mineração em áreas indígenas, porque inclusive trabalho na seção de recursos naturais da Funai, por onde passa a maioria desses problemas. A minha posição é que temos de discutir franca e abertamente.

Como técnico e antropólogo, acho que as áreas indígenas devem ser preservadas mas também acho que os índios não podem ficar numa espécie de redoma de vidro, ou guardados num museu antropológico, como se fossem intocáveis. Mesmo porque, se formos consultar muitas das tribos indígenas, veremos que elas querem se desenvolver.

Particularmente, sou favorável ao mapeamento geológico de todo o Brasil e isto, evidentemente, não representa a posição da presidência da Funai, mas a minha.

Mesmo porque, enquanto os brasileiros não conhecem esses recursos, existem muitos geólogos estrangeiros que os conhecem muito melhor.

Ao se conhecer os recursos minerais do Alto Rio Negro ou de qualquer outra região, se estará também ajudando os índios, porque estaremos dando a eles condições de saber o que há no subsolo de suas reservas. A partir daí, eles podem se esquematizar e decidir se exploram diretamente os recursos, se abrem para o garimpo ou para uma empresa mineradora.

Por que não se pode dar ao índio o direito de montar uma empresa — ainda que incipiente — com ajuda técnica do governo ou, se eles quiserem, arrendar a reserva, para outra empresa e receber royalties para que possam ter luz, água, casa, etc., ou tudo que quiserem? Eu sei que muitos antropólogos são contrários, mas a minha posição é esta. O mapeamento geológico, mais do que viável, é necessário; a Mineração — eu não diria nas áreas indígenas, mas com os indígenas — também é viável.

Não vamos simplesmente tirar ou diminuir as áreas indígenas por decreto, por que existem mil possibilidades de convênios, sem radicalização das posições. Nós sabemos que a Funai é um organismo muito incipiente — basta ver que trocou várias vezes de presidente nos últimos anos — e que o setor mineral, por sua vez, não está nada aparelhado. Portanto, a questão das áreas indígenas ainda vai demorar de 4 a 5 anos para ser resolvida. E a solução, a meu ver, está no nível político."

(Antropólogo da Funai)

# Cetem aguarda solução para seus problemas

Outra solução seria a implantação da Fundação Centro de Tecnologia Mineral como pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Este organismo teria como instituidores o DNPM, a CPRM, a Petrobrás, a Nuclebrás, a CVRD e a Caeab.

O documento justifica que esta segunda solução viria ao encontro dos interesses da comunidade, sendo uma alternativa viável que proporcionaria a reformulação da

lhos importantes, todas as divisões se ressentem da falta de recursos e do crescente desinteresse que isto causa nos técnicos.

A Divisão de Análises Químicas e Instrumentais, chefiada por Terezinha Tavares, executa um serviço de apoio analítico às outras divisões, serviços de controle de qualidade, oferecendo supervisão e propondo técnicas analíticas especiais quando necessárias, dispondo para isso de instrumentação moderna. Tem um setor de caracterização mineralógica e um de materiais de referência, que já gerou dois materiais-referência para carvão no controle de qualidade e está gerando mais dois na área de ouro. Terezinha conta que mais da metade do pessoal de sua Divisão foi embora (cerca de nove técnicos) e que a parte de equipamentos está carente de manutenção e obsoleta.